



CORONEL SÉRGIO MATOS
Oficial de Ligação do Exército
Brasileiro no Exército Sul dos EUA.

COMBINED OPERATIONS AND ROTATIONS EXERCISES (CORE): COMBINANDO DIPLOMACIA MILITAR TERRESTRE E INTEROPERABILIDADE

Os exercícios combinados entre o Exército Brasileiro (EB) e o dos Estados Unidos da América (EEUA) receberam, no Brasil, a denominação de CORE, na sigla em inglês para Operações Combinadas e Exercícios de Rotação.

As edições dos Exercícios CORE tiveram como evento indutor o Exercício *Culminating*, realizado nos Estados Unidos, no ano de 2021, solidificando, como o nome sugere, iniciativas de diplomacia militar visando a incrementar a interoperabilidade.

Os Exercícios CORE priorizam a participação das tropas brasileiras oriundas das Forças de Prontidão (FORPRON) em duas situações em que os militares do país visitante são enquadrados em unidades do Exército anfitrião:

- tropas brasileiras enquadradas em uma Unidade (U), Grande Unidade (GU) ou Grande Comando do Exército dos EEUA, em exercícios de adestramento nos EUA (conhecidos pelos norte-americanos como *JRTC Rotation*)¹; e

- tropas do Exército dos EEUA enquadradas em U, GU ou Grande Comando do EB, no caso de exercícios de adestramento no Brasil (conhecidos pelos norte-americanos como *Southern Vanguard (SV) Exercises*)².

Nessa senda, o presente artigo tem por finalidade analisar as edições dos Exercícios CORE a partir das categorias Diplomacia Militar Terrestre e Interoperabilidade, ressaltando a observação de militares que participaram como avaliadores da tropa em sua última edição, o Exercício *CORE 24 – JRTC 24/10 Rotation*.

A CONSTRUÇÃO DOS EXERCÍCIOS CORE COMO DIPLOMACIA MILITAR TERRESTRE

A diplomacia no campo da Defesa, segundo Cottey e Foster (2024), envolve a utilização cooperativa, em tempo de paz, das Forças Armadas e de suas infraestruturas como instrumento de política externa e de segurança, englobando uma vasta gama de atividades que, no passado, eram descritas como cooperação militar ou assistência militar, tais como: encontro de autoridades militares; acordos bilaterais de cooperação; treinamento de militares e civis; intercâmbio de especialistas; posicionamento de oficiais de ligação e de intercâmbio; venda e provisão de material de emprego militar; articulação de equipes de treinamento no exterior; e exercícios militares bilaterais e multilaterais.

Nesse contexto, impende destacar a abordagem de Sachar (2004), que esclarece que a diplomacia militar tem sido um dos constituintes essenciais da diplomacia internacional e uma metodologia efetiva para as relações bilaterais e regionais.

Na mesma linha, Landim (2014) ao analisar a diplomacia militar em suas principais perspectivas, sinaliza que algumas das principais entregas das interações militares internacionais são:

- a modernização e a transformação das Forças Armadas, o que abarca a capacidade de treinamento de pessoal estrangeiro e ampliação da confiança mútua, em uma visão construtivista; e

- o fortalecimento da segurança internacional a partir da percepção dissuasória resultante da cooperação militar entre Estados, em uma abordagem realista.

Por seu turno, o EB, ao estabelecer o seu Plano de Atividades na Área Internacional, conceitua a Diplomacia Militar Terrestre como conjunto de atividades realizadas pelo EB, que visam cooperar com os Objetivos Nacionais de Defesa e com os Objetivos Estratégicos do Exército relacionados à atuação internacional da Força Terrestre (BRASIL, 2022).

Na busca da obtenção de conhecimentos aplicáveis à transformação do nosso Exército, em particular nas áreas de doutrina, adestramento, ciência e tecnologia, desenvolvimento de materiais de emprego militar, esse Plano enfoca, como uma de suas

¹Joint Readiness Training Center (JRTC), fica localizado no Forte Johnson (antigo Forte Polk), em Leesville/LA.

²O primeiro exercício *Southern Vanguard 21* ocorreu no ano fiscal de 2021, no Chile, com a participação de unidades da 10ª Divisão de Montanha do Exército dos EUA e da 3ª Divisão de Montanha do Exército chileno. Brasil, Chile, Colômbia e Peru são os países previstos para SV com os Estados Unidos, de forma bilateral.

prioridades, a intensificação de parcerias estratégicas com Exércitos de Nações Amigas dotados de capacidades militares terrestres mais desenvolvidas, tais como as dos EUA.

Desdobrando o conceito, o Manual de Fundamentos *Conceito Operacional do Exército Brasileiro* (BRASIL, 2023), elucida a importância da articulação da Diplomacia Militar Terrestre no âmbito da Diplomacia de Defesa e da Política Externa, evidenciando, inclusive, o significado da realização de operações e adestramentos combinados para influência indireta da Diplomacia Militar Terrestre no seu entorno estratégico.

Por sua vez, Warman (2022) cita que o Exercício CORE/SV é um passo grandioso para alcançar a dissuasão integrada dos EUA, conceito chave de sua Estratégia Nacional de Defesa³:

“O exercício proporcionou oportunidades para melhorar a interoperabilidade a nível tático com significado operacional e estratégico. Além disso, representou uma demonstração de **dissuasão integrada** contra ameaças comuns no Hemisfério Ocidental, com um custo relativamente baixo e um impacto elevado (WARMAN, 2022, p. 10, tradução e grifos nossos)”.

Destarte, compreende-se que o Exercício CORE é, portanto, um relevante marco de Diplomacia Militar Terrestre entre o Brasil e os EUA, e que colabora com a Diplomacia de Defesa. Seu constructo demandou várias atividades de diplomacia militar terrestre⁴.

Em 2013, durante a XXIX Conferência Bilateral de Estado-Maior (CBEM) entre o EB e o Exército Sul dos EUA, foi idealizado o “Plano de 5 anos”, que culminaria em um exercício combinado. O Plano de 5 anos foi aprovado na XXXI CBEM, em 2015 (2015-2020).

Insta ressaltar que, ainda em 2015, a Presidente da República, por meio do Decreto Nº 8.609, de 18 de dezembro de 2015, promulgou o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cooperação em Matéria de Defesa, destacando, em um dos seus escopos, “a participação em **treinamento e instrução militar combinados, exercícios militares**

conjuntos e o intercâmbio de informações relacionado a esses temas” (BRASIL, 2015a, p. 243, grifos nossos). Esse Decreto corrobora a citada abordagem de Sachar (2004), ao convergir ações da diplomacia militar com a de Defesa e a do Estado, influenciando a diplomacia internacional e as relações bilaterais.

Em 2016, houve a Conferência Inicial de Planejamento (IPC, sigla em inglês) em San Antonio/Texas-EUA; uma reunião de planejamento em Brasília-DF; além da criação do Grupo de Trabalho Operação *Culminating*⁵, nome dado ao exercício que seria o ponto culminante dessa interação de Diplomacia Militar. Nestas reuniões multissetoriais, foram ratificadas a importância do treinamento dos líderes de fração e do aprendizado do idioma inglês em todos os níveis, assim como detalhes sobre transporte de tropa e do *Acquisition and Cross-Servicing Agreement* (ACSA), acordo que otimiza diversos gastos logísticos entre as tropas.

Em 2017, foram realizadas:

- reunião de planejamento em Brasília-DF, com o enfoque na logística (transporte de equipamentos, munição e ACSA) e nas lições doutrinárias aprendidas nas rotações do JRTC;

- visita ao JRTC, visando conhecer o planejamento, preparação e execução dos exercícios; e

- reunião de planejamento no JRTC, objetivando estimar custos e mensurar o valor da tropa a ser empregada.

Em agosto de 2018, o *United States Army Forces Command* (FORSCOM) aprovou a participação de uma companhia de fuzileiros (Cia Fuz) brasileira (reforçada) em uma rotação da *82nd Airborne Division* (82nd ABN DIV) americana no JRTC, para o ano fiscal de 2021. O propósito elencado no documento foi validar a capacidade de interoperabilidade da 82nd ABN DIV, bem como a prontidão da tropa brasileira⁶. Ainda em agosto daquele ano, foram definidos o valor da tropa e os efetivos dos militares de ligação e da equipe de Observadores e Controladores de Adestramento

³Warman faz de epígrafe uma postagem em rede social do Secretário de Defesa Lloyd Austin: “Neste momento, mais de 1.000 soldados do Exército dos EUA e do Brasil estão realizando, de forma combinada, o Exercício Southern Vanguard 22, o maior valor de tropa dos EUA a realizar treinamento com o Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. Isso é dissuasão integrada” (WARMAN, 2022, p. 2, tradução e grifos nossos). Corrobora-se, assim, a abordagem realista da Diplomacia Militar citada por Landim (2014).

⁴Uma das funções de intercâmbio entre o EB e o EEUA que se considera importante para esse exercício combinado é a do Oficial de Ligação do EB junto ao Exército Sul dos Estados Unidos. Ele tem, como uma de suas atribuições, conforme memorando de entendimentos: fornecer assistência, ser empregado e atuar como coordenador do Exército Sul dos Estados Unidos para exercícios táticos conjuntos que incluem Forças Militares da Nação Amiga.

⁵Conforme Portaria Nº 78 – COTER, de 26 DEZ 2016: grupo de planejamento para conduzir a preparação do Exercício Combinado *Culminating* 2020, no qual o EB e o EEUA se comprometeram a executar um plano de ação de cinco anos, de 2017 a 2021. O exercício constaria de um batalhão de infantaria do EB, enquadrado em uma brigada do EEUA, a ser realizado no *Joint Readiness Training Center* (JRTC), Fort Polk - Louisiana, no segundo semestre de 2020. Além do batalhão, estava prevista, também, a participação de militares do EB no EM da brigada e na equipe de avaliação do exercício.

⁶Em junho de 2018, o Exército Sul dos Estados Unidos enviou memorando para o FORSCOM solicitando aprovar a participação da companhia brasileira no JRTC, integrando a 82nd ABN DIV. O documento ainda destacou que o Brasil é uma Nação Amiga que lutou com o V Exército na Campanha da Itália, durante a 2ª Guerra Mundial.

(OCA), assim como detalhes de lançamento de tropa e de apoio logístico. Ademais, os norte-americanos sinalizaram intenção de aprovar a proposta de a Força Aérea Brasileira operar o KC-390 no Exercício *Culminating*⁷.

No ano de 2019, realizou-se mais uma reunião de coordenação em Brasília-DF⁸, intercâmbio de especialistas no Centro de Adestramento Leste no Rio de Janeiro, além de uma visita à rotação no JRTC, que contava com tropa japonesa. Em dezembro daquele ano, definiu-se o período de fevereiro de 2021 para o Exercício *Culminating*.

A pandemia da COVID-19 impactou as reuniões presenciais de coordenação em 2020. No primeiro semestre, todas as interações com tropas e delegações estrangeiras haviam sido canceladas pelo EEUA. As atividades mantidas de forma presencial enfocaram a preparação da tropa para o exercício (treinamento de líderes, simulação viva e tiro real) e as visitas de coordenação logística.

No período de 3 de janeiro a 22 de fevereiro de 2021, 210 militares brasileiros⁹ participaram do Exercício *Culminating*, Rotação 21/04 JRTC, finalizando o Plano de 5 anos assinado na XXXI CBEM, em 2015.

O sucesso das ações de diplomacia militar favorecera que, ainda em 2020, na XXXVI CBEM no Brasil, fosse acertado um novo plano de exercícios combinados, buscando incrementar as linhas de esforço interoperabilidade e prontidão combinada. Esses exercícios, planejados de 2021 a 2028, integrariam os Exercícios Vanguarda Sul (*Southern Vanguard - SV*) dos Estados Unidos, quando realizados no Brasil; e as rotações no JRTC, quando realizados nos EUA. Estes exercícios foram denominados, no Brasil e naquela CBEM, como *Combined Operations and Rotation Exercises (CORE)*. O primeiro desenho desse intercâmbio foi ilustrado como se segue:

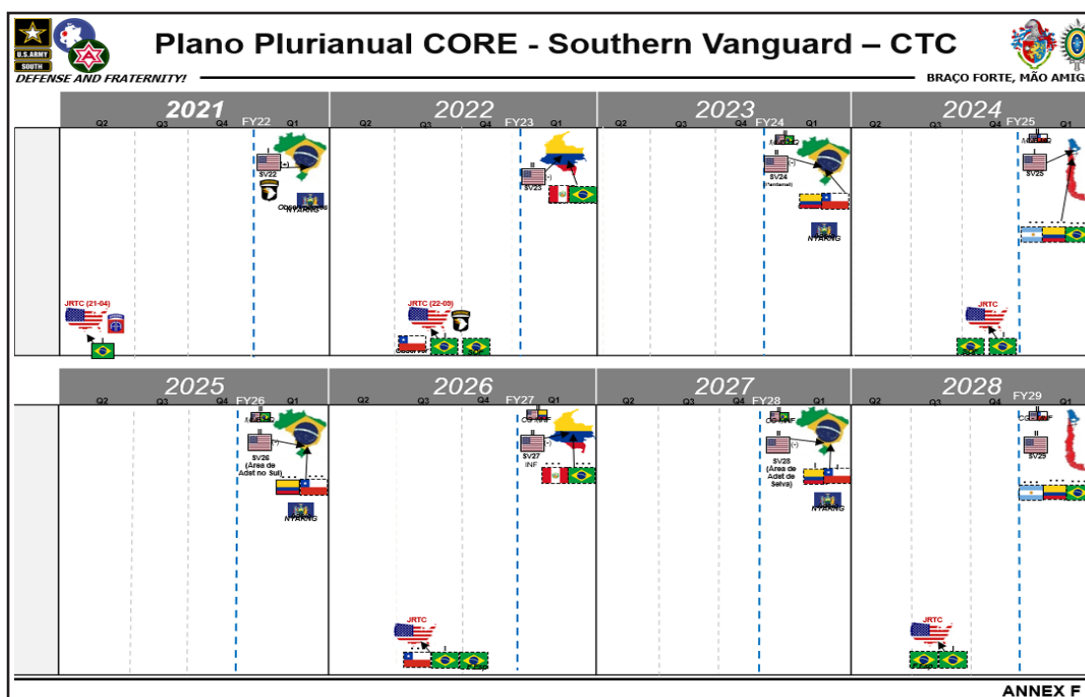


Fig 1 - Desenho da evolução do Intercâmbio dos Exercícios CORE

Fonte: XXXVI CBEM.

Desde então, foram realizados os seguintes exercícios:

- CORE 21 (SV 220)¹⁰: em dezembro de 2021, em que uma Cia Fuz da 101st ABN DIV integrou uma força-tarefa (FT) do 5º Batalhão de Infantaria Leve Aeromóvel (Amv), em Caçapava/SP, Lorena/SP e Resende/RJ;

- CORE 22 (Rotação JRTC 22/09): em agosto de 2022, uma FT SU da 12ª Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel) integrou um batalhão (Btl) da 3ª Brigada da 101st ABN DIV, no JRTC;

- CORE 23 (SV 24): em novembro de 2023, 300 militares norte-americanos¹¹, que eram lotados no Exército Sul dos EUA, na 101st ABN

⁷O que foi consubstanciado em 2021, após homologação da aeronave para lançamento paraquedista.

⁸A reunião de coordenação regulou que as comunicações seriam realizadas pela troca de rádio operadores, que os OCA brasileiros poderiam acompanhar frações norte-americanas, e vice versa, que a Companhia brasileira poderia solicitar apoio de fogo aéreo aproximado à Brigada norte-americana, que haveria ataque químico durante a rotação, e que, durante o exercício, seriam realizadas duas operações ofensivas, uma defensiva e um exercício de tiro real (*Live Fire Exercise*).

⁹A subunidade base foi da Brigada de Infantaria Paraquedista de 172 militares, mais grupo de coordenação e ligação, e os OCA.

¹⁰O ano fiscal nos EUA começa no mês de outubro.

¹¹A tropa-base era a Companhia Charlie do 1st Battalion - 26th Infantry Regiment, da 101st ABN DIV.

DIV, no 7º Grupo de Forças Especiais, na 1ª Security Forces Assistance Brigade (1ª SFAB) e no Exército da Guarda Nacional de Nova Iorque, integraram a FT do 52º Batalhão de Infantaria de Selva (52º BIS), adestrando-se no Ambiente Operacional de Selva (Pará e Amapá); e

- CORE 24 (Rotação JRTC 24/10): em agosto de 2024, uma SU do 52º BIS integrou um Btl da 2ª Mobile Brigade Combat Team (MBCT) da 101ª ABN DIV, no JRTC.

Está em fase de planejamento o Exercício CORE 25 (*Southern Vanguard 26*), a ser realizado em Pernambuco, no Ambiente Operacional de Caatinga, integrando tropas da FORPRON da

10ª Brigada de Infantaria Motorizada.

O constructo das interações de diplomacia militar em cada exercício é desenhado nas CBEM. O Grupo de Trabalho *Culminating* evoluiu para um Estado-Maior temporário, montado para o exercício, composto por membros dos órgãos de Direção Geral, do Operacional e dos Setoriais, que se relacionam com suas contrapartes do Exército Sul, do JRTC e da tropa norte-americana.

O quadro a seguir denota a evolução das atividades de interação internacional desde a *Culminating* ao Exercício CORE 25 (entendimentos numerados conforme foram oficializados nas CBEM).

Engajamento da CBEM	<i>Culminating</i> JRTC 21/04	CORE 21 SV 22	CORE 22 JRTC 22/09	CORE 23 SV 24	CORE 24 JRTC 24/10	CORE 25 SV 26
Conferência para Desenvolvimento de Conceitos (CDC)	20.3.6.a.	21.3.3.a.				25.3.1.a.
Conferência Inicial de Planejamento (IPC)		21.3.3.b.	22.3.1.a.	23.3.1.b.	24.3.1.b.	25.3.1.b.
Reconhecimento do local do exercício		21.3.3.b.		23.3.1.a.	24.3.1.a.	
Desenvolvimento do Cenário (MSEL)		21.3.3.d.		23.3.1.c.	24.3.1.c.	25.3.1.d.
Conferência Principal de Planejamento (MPC)		21.3.3.c.	22.3.1.c.	23.3.1.d.	24.3.1.d.	25.3.1.e.
Intercâmbio no ACSA						25.3.1.c.
Programa de Treinamento de Líderes (LTP)	20.3.6.b.				24.3.1.g.	25.3.1.i.
Intercâmbio de líderes no local do exercício			22.3.1.b.			25.3.1.g.
Observadores Brasileiros no treinamento específico para o Exercício nos EUA	20.3.6.c.		22.3.1.d.		24.3.1.h.	
Observadores norte-americanos no treinamento específico para o Exercício no Brasil	20.3.6.d.		22.3.1.f.	23.3.1.f.	24.3.1.f.	25.3.1.k.
Exercício de Fogos (<i>Northern Strike</i>)						25.3.1.j.
Participação das Forças de Operações Especiais (SOF)			22.3.1.g.	23.3.1.g.		
Participação de um Destacamento de Operações Psicológicas						25.3.1.n.
Participação de um Destacamento de Reconhecimento e Vigilância						25.3.1.o.
Conferência Logística	20.3.6.e.					
Avaliação de riscos alimentares e hídricos (FWRA)						25.3.1.f.
Conferência Final de Planejamento (FPC)		21.3.3.d.	22.3.1.e.	23.3.1.e.	24.3.1.e.	25.3.1.h.
Concentração de meios e preparação		21.3.3.e.				
Exercício	20.3.6.f.	21.3.3.f.	22.3.1.h.	23.3.1.h.	24.3.1.i.	25.3.1.l.
Visita Operacional de Líderes					24.3.1.j.	25.3.1.m.

Tabela 1 - Evolução das atividades de interação internacional

Fonte: adaptado das XXXV, XXXVI, XXXVII, XXXVIII, XXXIX e XL CBEM, o autor.

Em face do exposto, ressalta-se de exercício, que desenvolve tanto a a importância da diplomacia militar interoperabilidade, quanto incrementa a terrestre para a construção desse tipo confiança mútua.

A INTEROPERABILIDADE AVALIADA NOS EXERCÍCIOS CORE

Uma das linhas de esforço pelo qual a XXXVI CBEM desenhou o início dos Exercícios CORE foi a interoperabilidade, traçando, como condições para 2026, a participação plena em Forças-Tarefas combinadas.

Sabe-se que, conforme o glossário de termos militares (BRASIL, 2015b), interoperabilidade é a capacidade de forças militares, nacionais ou aliadas, operarem de forma efetiva, sob a mesma estrutura de comando, otimizando o emprego dos recursos humanos e materiais, bem como aprimorando a doutrina de emprego.

Modernizando a abordagem, o Manual de Fundamentos *Conceito Operacional do Exército Brasileiro*, (BRASIL 2023), apresenta interoperabilidade como um princípio para o elemento de força, conceituando-a como operar de maneira integrada, coordenada, harmônica e complementar em operações conjuntas, em operações combinadas ou em ambiente interagências. Neste contexto, um alto grau de interoperabilidade está ligado diretamente ao maior ou menor nível de padronização de doutrina, procedimentos, documentação e de material.

Sem embargo, considerando o hodierno interesse pelo conceito operacional das operações multidomínio¹², avalia-se como pertinente apresentar aspectos da publicação

americana “Guia do Comandante e de seu Estado-Maior para Interoperabilidade Multinacional” (EUA, 2020). O Guia enseja que a Interoperabilidade entre forças multinacionais permite que forças amigas produzam grande poder de combate por potencializar relativos pontos fortes, enquanto se mitigam relativas debilidades¹³.

Interpreta-se, portanto, que existe um nível de interoperabilidade entre duas forças amigas, que de forma combinada utilizam metodologia eficaz para cumprir determinado objetivo estratégico, operacional ou tático, de combate ou logística, em treinamento ou instrução.

Todavia, importa citar que: “de maneira geral, a melhoria na interoperabilidade exige que as Forças eventualmente renunciem a determinados processos, a materiais ou a qualquer um dos outros fatores que compõem uma capacidade em favor de outra Força” (PIFFER, 2019, p. 144).

Consoante ao Guia norte-americano, a estrutura para a interoperabilidade compreende três dimensões: a processual (doutrina, normas gerais de ação); a humana (adestramento, idioma, cultura, liderança, grupos de trabalho); e a tecnológica (equipamentos e sistemas).

No tocante a critérios de avaliação, conquanto o Glossário das Forças Armadas brasileiras apresente os níveis compatibilidade,



Fig 2 - Linhas de esforço para os Exercícios CORE

Fonte: XXXVI CBEM.

¹²Conceito operacional em que o problema militar que se apresenta é enfrentar e se sobrepor ao inimigo nas diversas camadas de impasse/negação criadas, em todos os domínios, para manter a sinergia e o efeito de suas operações (PEREIRA, 2023).

¹³Ao avaliar como incrementar interoperabilidade, o guia norte-americano salienta que cada Aliado ou Nação Amiga é único, sendo prioritário trabalhar os conceitos operacionais, os elementos modulares, as comunicações, o compartilhamento de informações e o equipamento.

intercambialidade e comunicabilidade (BRASIL, 2015b), julga-se como mais pertinente priorizar as classificações do Guia americano já consagradas nas lições aprendidas de suas operações combinadas nos conflitos contemporâneos, assim como nos exercícios da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e no âmbito da coalisão ABCANZ (americanos, britânicos, canadenses, australianos e neozelandeses), a saber os **níveis de interoperabilidade** são:

a. **Nível 0: Não interoperável:** não houve alinhamento de capacidades e de

procedimentos, os processos não se conectam, tampouco há interação; não há *network* estabelecida.

b. **Nível 1: Desconflitado:** houve alinhamento das capacidades e de procedimentos, **sem interação**.

c. **Nível 2: Compatível:** houve interação, com processos similares ou complementares.

d. **Nível 3 – Integrado:** *network* estabelecida, interoperabilidade completa.

A figura 3 ilustra esses níveis de interoperabilidade em uma visão mais ampliada:



Fig 3 - Desenvolvimento de capacidades de interoperabilidade

Fonte: Adaptado de EUA (2020, p. 9).

A leitura do mapa acima denota o nível 2, compatível, como meta para os exercícios combinados entre nações amigas.

Seguindo essa metodologia, e enfocando as habilidades e as capacidades

compartilhadas, desejadas e viáveis, o anexo F da XXXVII CBEM traçou um plano plurianual de desenvolvimento da interoperabilidade na sequência dos Exercícios CORE (SV e rotações JRTC):

	2021/2022	2023/2024	2025/2026	2027/2028
C2	Compreender as responsabilidades do BRA/EUA por escalão (Companhia - Cia e Batalhão - Btl).	BRA/EUA capazes de coordenar de maneira não classificada comunicação de voz e dados.	BRA/EUA capazes de coordenar de maneira não classificada comunicação de voz e dados.	BRA/EUA capazes de coordenar de maneira classificada comunicação de voz e dados.
Movimento e Manobra	Alinhamento de capacidades para estabelecer normas operacionais.	Combinar planejamento de missão nível Estado-Maior de Batalhão.	Integrar as funções de combate no processo de planejamento.	Criação do COp combinado (todas as funções de combate).

Fogos	Desenvolver procedimentos comuns para fogos de precisão.	Entender a designação de alvos e processos. Validar fogos analógicos. Explorar viabilidade de estabelecer coordenação de fogos digitais.	Coordenar procedimentos de controle aeroespacial para desconflitar ativos aéreos e fogos indiretos.	Combinar fogos via coordenação de sistemas digitais de direção de fogos. Algumas munições intercambiáveis.
Logística	Entender como as forças de BRA/EUA se mantêm logisticamente.	Desenvolver e manter um COP de logística analógico.	Processo para reabastecimento logístico combinado.	Processo para reabastecimento logístico combinado com automação digital.
Proteção	Compreender padrões do BRA/EUA de Proteção.	Desenvolver um POP de Proteção que permita a integração de ativadores de defesa passiva.	Desenvolver um plano combinado de coleta de IRVA.	BRA/EUA capazes de executar um plano de Proteção combinada.
Inteligência	Desenvolver e manter um Centro de Operações (COP) de inteligência analógica. Estabelecer um processamento de compartilhamento de inteligência.	Desenvolver intercâmbio de informação de processos e produtos. Desenvolver um processo combinado de nomeação IRVA (Inteligência, Reconhecimento, Vigilância e Aquisição de Alvos).	A célula de Inteligência do Estado-Maior usa POP para gerar integração de inteligência, gerenciamento de coleta e requisitos de IRVA.	EUA/BRA compartilham informação de inteligência de campo.

Quadro 1 - Plano plurianual de desenvolvimento da interoperabilidade

Fonte: XXXVII CBEM.

Os índices avaliados do exercício CORE a partir de 287 observações das equipes dos 21/SV22 são detalhados por Warman (2022), OCA:

	2021 / 2022	Tarefas
C2	Compreender as responsabilidades do BRA/EUA por escalão (Cia, Btl). Nível Atingido: 1	- Conduzir coordenação e enlace: compatível . - Conduzir Processo Operacional de Comando e Controle: compatível . - Integração do Desenho Operacional comum: desconflitado . Ambos os Exércitos utilizaram seus equipamentos-rádio e sincronizaram as operações (informações não classificadas de voz e dados) no nível U e SU. As barreiras linguísticas foram um fator limitador para o C2. É necessário alinhamento adicional de capacidades de comunicação para estabelecer as ligações laterais e horizontais.
Movimento e Manobra	Alinhamento de capacidades para estabelecer normas operacionais. Nível Atingido: 2	- Conduzir coordenação e enlace: compatível . - Integração do Desenho Operacional comum: compatível . Os grupos de trabalho por função de combate lograram adaptar e integrar seus processos decisórios. Ambas equipes conseguiram oferecer ao Comando consciência e compreensão situacional. O processo de decisão foi padronizado e claramente entendido pelos escalões subordinados.
Fogos	Desenvolver procedimentos comuns para fogos de precisão. Nível Atingido: 0	- Conduzir coordenação e enlace: desconflitado . - Integração do Desenho Operacional comum: não interoperável . - Coordenar fogos letais e não letais em apoio à Nação Amiga: não interoperável . Os pontos mais criticados foram: os riscos do uso de múltiplos sistemas e procedimentos para execução dos fogos; e necessidade de incrementar medidas de coordenação e controle para escalonar os fogos, evitando o fatricídio.

Logística	Entender como as forças de BRA/EUA se mantêm logisticamente. Nível Atingido: 1	- Conduzir coordenação e enlace: desconflitado. - Integração do Desenho Operacional comum: compatível. - Conduzir atividades logísticas combinadas com a Nação Amiga: desconflitado. Ambos desenvolveram as atividades necessárias para fornecer uma visão clara das Capacidades logísticas e dos seus riscos potenciais. Ambos têm pontos em comum em suas classes (CI) de suprimento. No entanto, é preciso alinhar as CI V a VIII, IX e X para estabelecer normas operacionais. Ambos possuem condições de conduzir operações de carga de um C-17 (<i>Globe Master</i>).
Proteção	Compreender padrões do BRA/EUA de Proteção. Nível Atingido: 1	- Conduzir coordenação e enlace: desconflitado. - Integração do Desenho Operacional comum: desconflitado. - Coordenar atividades de proteção da força com a Nação Amiga: desconflitado. Durante o planejamento e a execução, as equipes de ambos adaptaram tarefas e sistemas que preservaram a força, favorecendo que se aplicasse o máximo de poder de combate em cada missão. Houve integração de processos que permitiram estimar o grau de ameaça em cada operação, articulando as melhores linhas de ação para combater ou mitigar essas ameaças. Comprovou-se a Capacidade de proteger a força com a coordenação e a execução da missão de segurança aérea com veículos tripulados e não tripulados. Houve avaliação e mitigação de fratricídio. Para chegar no nível compatível, deve-se implementar uma abordagem de proteção que incluía a defesa ativa e a passiva de forma simultânea.
Inteligência	Desenvolver e manter um COp de inteligência analógica. Estabelecer um processamento de compartilhamento de inteligência. Nível Atingido: 1	- Conduzir coordenação e enlace: desconflitado. - Integração do Desenho Operacional comum: compatível. - Informação e Inteligência combinadas disseminadas: desconflitado. As equipes de Inteligência conseguiram fornecer uma visão clara das Capacidades do inimigo. As semelhanças no processo de análise de inteligência ajudaram a entender a situação do inimigo e a sua evolução. O compartilhamento de informações com restrição de acesso é limitado, impactando a interoperabilidade. As técnicas de coleta de tropa são semelhantes e valiosas às operações descentralizadas.

Quadro 2 - Índices avaliados do exercício CORE 21/SV22

Fonte: Warman (2022), adaptado.

Os exercícios CORE 22 e 23 careceram da avaliação de interoperabilidade nessa metodologia. Não obstante, Warman (2024) sublinha o emprego de elementos da 1st SFAB como indutores de interoperabilidade entre a tropa brasileira e a norte-americana. Além disso, faz considerações à interoperabilidade nas seguintes funções de combate:

Inteligência: dedicar mais tempo para a avaliação do inimigo. A falta de detalhes sobre o inimigo nas ordens de operações acaba demandando maior quantidade de pedidos de Inteligência por parte da tropa norte-americana. Além disso, não havia uma “rede de coalizão” ou portal para disseminar informações ou enviar pedidos de Inteligência para a Brigada.

Movimento e manobra: operações de assalto aeromóvel são um excelente vetor para aumentar a interoperabilidade, pois permitem o conhecimento dos procedimentos nas aeronaves da Nação Amiga, ampliando as possibilidades

das ações combinadas. Todavia, é necessário realizar mais *briefings* de coordenação para o assalto aeromóvel, visando a compreensão de todas as medidas de coordenação.

Fogos: deve-se assegurar que os alvos pré-planejados sejam baseados em condições ou reações vinculadas a algo esperado pela manobra planejada pelas forças amigas ou estimada pelo inimigo. Além disso, o plano de fogo indireto deve estar de acordo com o plano de manobra. Deve-se ampliar as medidas de coordenação para permitir o escalonamento de fogos e limitar a necessidade de “linhas de segurança” constantes em toda a área de operações. Sugere-se implementar um elemento de apoio de fogo ao batalhão com uma rede de comunicações integrada e controle total dos recursos orgânicos de fogo indireto. Somando-se a isso, é recomendado aumentar o número de observadores a fim de melhorar a resposta dinâmica por fogos.

Logística: deve-se fazer constar as diferenças das classes de suprimentos entre os Exércitos em um anexo/apêndice da Ordem de Operações.

Em termos de **Comando e Controle**, foi realizada a experimentação do *Radio Interoperability Capability–Universal* (RICU) pelo *U.S. Army Combat Capabilities Development Command* (DEVCOM) e pelo Centro de Comando, Controle, Comunicações, Computadores, Inteligência Cibernética, Vigilância e Reconhecimento (C5ISR, na sigla em inglês) do Exército dos EUA. A finalidade desse equipamento é ser uma ponte de voz analógica para digital que permita a comunicação segura entre as tropas dos EUA e de suas Nações Amigas. A experimentação foi bem-sucedida por lograr conectar as duas redes criptografadas, particularmente no Centro de Operações Táticas (COT) e no Posto de Comando Tático (PCT). Entretanto, o RICU requer cabeamento físico entre os rádios táticos dos EUA e do Brasil, o que limita seu emprego quando utilizados a distância. Sua inserção operacional no exercício não foi bem-sucedida.

Por sua vez, Coronel Charles Karels, ex-Diretor de Treinamento e Exercícios

do Exército Sul dos EUA, teceu os seguintes comentários sobre o Exercício CORE 23/SV 24: “a interoperabilidade foi significativamente melhorada nas áreas de planejamento tático e de fogos; e melhorada na coordenação de Estado-Maior (EM)”. Para avaliar realmente a interoperabilidade em termos de fogos, deve-se ter as unidades de fogos dos EUA e do Exército Brasileiro planejando juntas. Neste ponto, a avaliação é que o nível seja desconflitado. Para o Coronel Karels, foi difícil avaliar o planejamento do EM naquele ano pois a Força-Tarefa Combinada foi organizada de forma diferente da do Exercício CORE 21/SV 22. Para o CORE 25/SV 26, a recomendação dele é que se equilibre a composição das chefias de Seção de EM da Força-Tarefa (dentro do razoável) entre militares brasileiros e americanos.

Para o Exercício CORE 2024/ JRTC 24/10, com apoio da célula de lições aprendidas da Equipe de Coordenação de Ligação¹⁴, retomaram-se os critérios referendados no Guia americano. Após revisão de literatura e do estudo das metas lançadas na XXXVII CBEM, chegou-se ao desdobramento:

Nº	Função de Combate	Dimensão	Tarefas
1	C2: BRA/EUA capazes de coordenar de maneira não classificada comunicação de voz e dados. RESULTADO FINAL: Nível 1.	Tecnológica Nível 1	Não houve possibilidade de comunicação entre os rádios dos dois países, mas houve alinhamento de Capacidades. Existe a possibilidade do uso do dispositivo RICU, utilizado no CORE 23/SV 24, que otimiza o C2.
		Humana Nível 1.	Em termos da diferença de idioma, houve apenas pequenas falhas de entendimento, sem comprometer a missão. O apoio da 1 st SFAB facilitou a integração e a comunicação. Foram utilizados 10 celulares com o aplicativo americano de C2 ATAK. Não houve transmissão de dados ou voz de equipamento do EB para equipamento do U.S. Army. Um Radioperador (ROp) norte-americano ficou junto com o ROp Brasileiro durante toda a missão, realizando as pontes necessárias.
		Processual Nível 1	Não houve uma Norma Geral de Ação (NGA) formal, mas foram padronizadas senhas, contrassenhas, mensagens preestabelecidas e indicativos no padrão norte-americano. Houve diuturna compreensão situacional das medidas de coordenação. Por vezes, apenas o equipamento norte-americano funcionava. Por vezes, apenas o brasileiro.

¹⁴Composta por militares da Chefia do Preparo da Força Terrestre e do Centro de Doutrina do Exército, que, gentilmente, colaboraram com a pesquisa de campo durante o Exercício CORE 24.

2	Movimento e Manobra: Combinar planejamento de missão nível Estado-Maior de Batalhão. RESULTADO FINAL: Nível 2	Processual Nível 2	Os processos de planejamento (MDMP/PPCOT) são bastante similares. No Exercício CORE 24, foi utilizado o procedimento norte-americano. As diferenças doutrinárias não impactaram o entendimento das ordens. O fato de que havia militares brasileiros que realizaram o Curso de Manobra para Capitães nos Estados Unidos potencializou o entendimento mútuo, contribuindo sobremaneira para o processo de interoperabilidade. Havia três Oficiais de Ligação (O Lig) no EM Bda: Operações, Inteligência e Fogos; e três oficiais (Of) BRA no EM Btl (Adj S3, S4 e O Lig Engenharia). A integração foi otimizada pelo apoio da 1st SFAB, pela participação no LTP e pelo conhecimento prévio de integrantes do 1-26 IN BN que já haviam trabalhado com o 52º BIS durante a CORE 23/SV24. Ainda assim, não havia sistemas comuns. Teria sido melhor se o O Lig Eng integrasse o Batalhão de Engenharia de Brigada (BEB), ao invés do 1-26 Btl. Havia NGA para emissão das ordens entre as frações, que foi ratificada durante o LTP, com pequenos ajustes entre as SU (principalmente a brasileira). Os <i>briefings</i> executados durante o período de treinamento (<i>in box</i>) contaram com a participação de brasileiros em praticamente todas as oportunidades. A célula de logística, no EM Btl, trabalhou integrada com os militares norte-americanos, participando de todas as fases do planejamento, aproveitando as semelhanças dos métodos. O emprego de medidas de coordenação e controle permitiu que todas as frações seguissem o mesmo ritmo de batalha.
		Humana Nível 2	Não foi necessário trocar O Lig ou elementos do EM em razão de performance ou de domínio do idioma. Os O Lig brasileiros e os da 1st SFAB foram facilitadores em todas as fases, ampliando a interoperabilidade. Os líderes brasileiros estavam ambientados acerca da doutrina do EEUA. Houve uma preparação específica no Brasil para o LTP e na execução do LTP, com apoio da 1st SFAB. Havia militares brasileiros com cursos de manobra nos EUA, o que alavancou a confiança mútua. As ordens foram completamente entendidas pela Cia CORE e demais tropas brasileiras. Os <i>backbriefings</i> foram bem conduzidos pelos brasileiros. No nível EM do Btl, houve participação em determinadas fases do processo de emissão de ordem fragmentária. Foi observada a utilização dos produtos feitos pela tropa brasileira nos diversos <i>briefings</i> que fazem parte do MDMP. Todos os produtos de Operações Psicológicas utilizados durante o exercício foram confeccionados pelo destacamento brasileiro, aprimorados pela equipe norte-americana.
		Tecnológica Nível 2	A SU brasileira recebeu dispositivo tecnológico semelhante ao do sistema nacional (aplicativo ATAK e um roteador).

3	Fogos: Entender a designação de alvos e processos. Validar fogos analógicos. Explorar viabilidade de estabelecer coordenação de fogos digitais RESULTADO FINAL: Nível 1	Tecnológica Nível 0	O EEUA possui um sistema integrado de fogos de alta tecnologia, chamado AFATDS, que não foi utilizado pelos brasileiros.
		Processual Nível 1	Existem procedimentos e/ou sistemas de coordenação de fogos. No caso, o AFATDS não pode ser usado pelas tropas brasileiras. O processo de condução de fogos foi integralmente entendido por todos os integrantes. Houve integração inicial dos fogos cinéticos com os não cinéticos, particularmente os de operações psicológicas. A partir do <i>Force on Force</i> , essas coordenações foram descontinuadas. Não houve procedimentos combinados para levantamentos de alvos. A tropa brasileira que iria executar esses procedimentos não pôde utilizar seus meios orgânicos. Para a solicitação dos fogos, a existência de um quadro de controle para cada fogo previsto, com todos os integrantes dos Fogos, foi útil para a tropa brasileira. Para avaliação de efeitos nos alvos, existia uma planilha e uma tabela de efeito esperado para cada alvo, que ficavam sob coordenação da célula no EM. O Observador brasileiro foi o responsável pelos alvos da Cia CORE. Os gatilhos para o desencadeamento dos fogos garantiram a segurança na execução dos tiros e preveniram o fratricídio.
		Humana Nível 2	O fluxo de mensagens no Centro de Coordenação de Apoio de Fogo foi oportuno e veloz, otimizando a integração dos Fogos e da Manobra da Cia CORE. Os brasileiros conhecem a doutrina norte-americana. Não houve qualquer óbice dessa natureza. O apoio da SFAB potencializa a interoperabilidade e incrementa a confiança. Os Recursos Humanos empregados lograram levantar alvos para o esforço do Escalão Superior (Esc Sup) por diversos momentos. Integrantes da equipe brasileira refinaram alvos para ações futuras e de planejamento.
4	Logística: Desenvolver e manter um COp de logística analógico. RESULTADO FINAL: Nível 1	Processual Nível 1	Os pedidos Cl I e III foram realizados uma vez ao dia, enquanto os de Cl II, IV, V e VIII foram feitos de acordo com a necessidade apresentada, todos por meio do Logstats. Sobre Cl IV, houve momentâneas descontinuidades e faltas de suprimento. Houve pequenos problemas de ressuprimento de munição, sem comprometimento da missão. As diferenças de caracterização das Cl VI, Cl VII, Cl IX e Cl X resultaram na não interação logística nessas classes. As tropas possuem capacidade de coordenar a recepção, integração, alojamento e movimento para o combate (RSOI) de maneira rápida e eficiente. Não houve problemas no deslocamento e embarque das tropas brasileiras para o combate. Não houve contato com nenhum documento ou instrução que informasse os potenciais riscos de ressuprimento da/para tropa brasileira.
		Humana Nível 1	Em certa parte do exercício, e devido a problemas de comunicação, o fluxo de ressuprimento de água não foi o adequado para algumas SU do Btl, incluindo a SU brasileira.
		Tecnológica Nível 2	Não houve impacto no fluxo logístico causado pela diferença tecnológica.

5	Proteção: desenvolver um POP de proteção que permita a integração de ativadores de Defesa passiva RESULTADO FINAL: Nível 1	Processual Nível 0	Não foi observada padronização apurada de procedimentos para o planejamento da F Cmb Proteção (identificação e mitigação de riscos), mas sim um estudo com base nas demandas solicitadas. Não houve interação com a Defesa Antiaérea, porém houve padronização de procedimentos nos diversos escalões, particularmente com o emprego dos mísseis <i>Stingers</i> e das metralhadoras .50 (autodefesa). Não foi observada padronização da utilização de meios ativos e passivos de proteção.
		Humana Nível 1	As tropas combinadas e suas frações treinaram as medidas ativas e passivas, sob orientação dos militares norte-americanos.
		Tecnológico Nível 1	A tropa brasileira utilizou, de forma eficaz, equipamentos norte-americanos de proteção, como o material DOBRN.

Quadro 3 - Índices avaliados do exercício CORE 24/ JRTC 2024-10

Fonte: o autor, com a colaboração dos observadores do Exercício CORE 24/ JRTC 2024-10.

Essas observações de interoperabilidade ressaltam a importância da educação e da instrução militar, do estudo de idiomas, da performance dos O Lig, do apoio da 1st SFAB, da tecnologia dos sistemas utilizados e da padronização de NGA, enlaçados por algo que somente o tempo de adestramento combinado pode arrematar: a confiança mútua. Isto faz uma tropa acreditar que pode operar com a outra, a partir do ápice de suas capacidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo das categorias “Diplomacia Militar Terrestre” e “Interoperabilidade”, este artigo analisou as edições dos Exercícios CORE, e seu indutor *Culminating*.

Em termos de Diplomacia Militar Terrestre, ratificam-se as perspectivas discutidas por Landim (2014). Para além de um exercício no nível tático, as interações bilaterais entre as Forças, necessárias para a consecução dos exercícios edificam a estratégia de Dissuasão Integrada, treinam e adestram militares para desafios operacionais e táticos, ampliam a confiança mútua daqueles que se envolveram no adestramento, e culminam em processos que ajudam a modernizar e, pode, até mesmo, transformar o Exército.

Verifica-se que a evolução do Grupo de Trabalho *Culminating* para um Estado-Maior temporário, que realiza o trabalho de comando e interações internacionais para a conformação do exercício¹⁵, adestra os integrantes dos diversos setores da Força Terrestre, sendo uma espécie de tubo de ensaio para concentração e deslocamento estratégico visando ao emprego de Força Expedicionária.

As oportunidades observadas como hiatos de interoperabilidade também potencializam

a capacidade de um exercício dessa natureza em modernizar a força e colaborar para sua transformação. Recomenda-se, para os próximos exercícios, que se contemple o adestramento do Estado-Maior da Unidade (Batalhão/ Regimento) estrangeira, seja no Brasil ou nos EUA, o que é possível sem modificar demasiadamente os efetivos da tropa e, consequentemente, os recursos financeiros spendidos.

As demandas por atualização dos sistemas de C², de fogos, de proteção e de suas tecnologias conexas; a sistematização para produção de conhecimento útil e oportuno para tomada de decisões e a consequente viabilização de redes seguras para sua difusão; a educação e o intercâmbio nos cursos militares; a transferência de militares com cursos nos EUA para tropas que participam do exercício; além do estudo de idiomas para todos os níveis potencializam a capacidade da Força estar em estado de prontidão para ser empregada nos diversos espaços geográficos mundiais e em condições compatíveis de interoperabilidade.

Por fim, recobram-se fatos históricos que demonstram a capacidade estratégica de o Brasil deslocar tropa para outros Continentes ou Subcontinentes, e de realizar operações combinadas. A Força Expedicionária Brasileira na 2^a Guerra Mundial, os 20 contingentes para a *United Nation Emergency Force* (UNEF) em Suez, a Força Armada Interamericana do Brasil (FAIBRAS) na Força Interamericana de Paz (FIP) na República Dominicana, os treze anos de liderança e presença brasileira na *United Nations Stabilization Mission in Haiti* (MINUSTAH), confirmam essa capacidade. Todavia, não se olvida do pensamento de Cottey e Foster (2024), de que a diplomacia, no campo da defesa, é vista como um instrumento político de longo prazo,

¹⁵Apoiadas pela 5^a Subchefia do Estado-Maior do Exército, Aditância do Exército nos EUA e pelo Escritório de Ligação do Exército junto Destaca-se que o coordenador brasileiro do Exercício foi o o Subchefe do Preparo da Força Terrestre do COTER.

que colhe dividendos ao fim de muitos anos ou mesmo décadas.

Combinando Diplomacia Militar Terrestre com Interoperabilidade, aventa-se que o

legado intangível dos Exercícios CORE, muito mais que sua execução tática, seja a indução de transformação para os novos desafios contemporâneos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto nº 8.609, de 18 de dezembro de 2015. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cooperação em Matéria de Defesa, firmado em Washington, em 12 de abril de 2010. **Diário Oficial da União**, Seção 1, nº 243, 21 dez. 2015a.
- BRASIL. Estado-Maior do Exército. **Plano de atividades do Exército Brasileiro na área internacional 2022-2025**. Brasília, DF, 2022.
- BRASIL. Estado-Maior do Exército. Secretaria-Geral do Exército. Portaria – EME/C Ex nº 971, de 10 de fevereiro de 2023: aprova o **Manual de Fundamentos Conceito Operacional do Exército Brasileiro – Operações de Convergência 2040** (EB20-MF-07.101), 1ª ed., 2023. Brasília, DF, 2023.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **MD35-G-01: glossário das Forças Armadas**. 5. ed. Brasília, DF, 2015b.
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). Center for Army Lessons Learned (CALL). ***No. 20-12: Commander and staff guide to multinational interoperability**. Kansas, 2020. Disponível em: <https://www.army.mil/article/247962/20_12_commander_and_staff_guide_to_multinational_interoperability>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- COTTEY, A.; FOSTER, A. **Reshaping defense diplomacy: new roles for military cooperation and assistance**. Adelphy Papers, n. 365. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- LANDIM, H. G. C. **A diplomacia militar do Exército Brasileiro e o ambiente de segurança e defesa na América do Sul**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro, 2014.
- PIFFER, M. V. P. D. **Operações conjuntas: desafios à integração no nível operacional**. Curitiba: Appris, 2019.
- PEREIRA, E. S. Operações multidomínio: o novo conceito operacional do Exército dos EUA. **Revista Doutrina Militar Terrestre**, v. 11, n. 33, p. 4-21, jan./mar. 2023.
- SACHAR, B. S. Cooperation in military training as a tool of peacetime military diplomacy. **Strategic Analysis**, v. 27, n. 3, p. 400-420, jul./set. 2003. Institute for Defence Studies and Analyses, New Delhi.
- WARMAN, P. K. **U.S. Army South Exercise Southern Vanguard 22: Integrated Deterrence in the Western Hemisphere**. Fort Leavenworth: Center for Army Lessons Learned, 2022.
- WARMAN, P. K. **U.S. Army South Exercise Southern Vanguard 24: Brazilian Army Combined Operations and Rotation Exercise 23 (CORE 23): Experimentation and Digital Liaison Detachment Support in the Western Hemisphere**. Fort Leavenworth: Center for Army Lessons Learned, 2024..

SOBRE O AUTOR

O Coronel de Infantaria **SÉRGIO RICARDO REIS MATOS** é o Oficial de Ligação do Exército Brasileiro no Exército Sul dos Estados Unidos. Foi declarado Aspirante a Oficial pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 1997. Kursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO) em 2005. No biênio 2013-2014, frequentou o Curso de Comando e Estado-Maior da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Realizou o Curso de Operações na Selva em 1998; os cursos Básico e Avançado de Montanhismo em 2001; o Curso Avançado de Manobra em Fort Moore, nos Estados Unidos da América, em 2007; o curso Básico Paraquedista em 2009 e o Avançado de Inteligência em 2018. Concluiu a Especialização em Matemática e Estatística na Universidade Federal de Lavras em 2004 e a Especialização em Língua Portuguesa, na Universidade Castello Branco, em 2010. É Mestre em Relações Internacionais pela Universidad Mayor de San Andrés/Universidade de Brasília. Comandou o 11º Batalhão de Infantaria de Montanha e foi Chefe de Estado-Maior do Grupamento de Unidades-Escola/ 9ª Brigada de Infantaria Motorizada. (sergiomatos.ricardo@eb.mil.br).